

XXXI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXI RAE

1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
24/04/2025	09:35	11:39	Sala 309 (auditório I e II) anexo II

2. Pauta

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura do Resumo da ATA da RAE anterior
03	Metas Nacionais
04	Indicadores Justiça em Números
05	Revisão do Planejamento Estratégico 2021-2026
06	Propostas de Inclusão de Projetos Estratégicos – CAPG
07	Propostas de Inclusão de Projetos Estratégicos – CAPG
08	Propostas de Inclusão de Projetos Estratégicos – CAPG
09	Propostas de Inclusão de Projetos Estratégicos – CAPG
10	Proposta de Inclusão de Projeto Estratégico – AEP II
11	Encerramento de Projeto Estratégico – UNICORP
12	Encerramento de Projeto Estratégico – UNICORP
13	Encerramento de Projeto Estratégico – CAPG
14	Encerramento de Projeto Estratégico – SEGESP
15	Resumo Portfólio de Projetos Estratégicos
16	Confirmação Calendário 2025
17	Encerramento

3. Participantes

Comitê de Governança

Nº	Nome do membro do CGOV:	Unidade:	Assinatura:
01	Desa. Cynthia Maria Pina Resende	Presidência	
02	Des. João Bosco de Oliveira Seixas	1ª Vice-Presidência Representado	
03	Des. José Alfredo Cerqueira da Silva	2ª Vice-Presidência	
04	Des. Roberto Maynard Frank	Corregedoria Geral da Justiça	Participação via Teams
05	Desa. Pilar Célia Tobio de Claro	Corregedoria das Comarcas do Interior Representado	
06	Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior	Universidade Corporativa	
07	Des. Paulo Alberto Nunes Chenaud	Coordenação dos Juizados Especiais Representado	
08	Desa. Maria de Lourdes Pinho Medauar	Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição – CAPG Representada	
09	Juiz de Direito Gustavo Teles Veras Nunes	Assessoria Especial da Presidência I	
10	Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho	Assessoria Especial da Presidência II	Ausência justificada

XXXI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXI RAE

11	Juiz de Direito Sadraque Oliveira Rios Tognin	Juiz Assessor da Presidência – Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios	
12	Viviane da Anunciação Souza Oliveira	Secretaria Geral da Presidência	
13	Larissa Torquato de Oliveira Souza	Secretaria de Planejamento e Orçamento	
14	Fernanda Pinto Dantas Braga	Secretaria de Administração	
15	Ricardo Neri Franco	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização Representado	
16	Luís Alberto Teixeira Melo	Secretaria de Gestão de Pessoas	
17	Dilcema Araújo Almeida	Secretaria Judiciária	
18	Maria Paula Dias Carvalho Blumetti Brito	Chefia de Gabinete da Presidência	
19	Karina Correia Martinez	Controladoria do Judiciário	

Convidados

20	Desa. Marielza Brandão Franco	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Soluções de Conflito	
21	Thais Fonseca Felippi Pimentel	Diretoria de Primeiro Grau	
22	Adolfo de Souza Ferri	Núcleo de Arrecadação e Fiscalização	
23	Mônica Elizabeth Vieira Martins Garrido	Consultoria Jurídica	

4. Abertura

A Presidente do TJBA cumprimentou a todos os presentes e declarou aberta a XXXI Reunião de Análise da Estratégia.

5. Leitura da ATA da RAE anterior

O Juiz Assessor da Presidência, Dr. Gustavo Teles Veras Nunes, realizou a leitura do resumo da XXX Reunião de Análise da Estratégia.

6. Metas Nacionais

A Secretária de Planejamento e Orçamento, Larissa Torquato, apresentou os resultados das Metas Nacionais atualizados até 20/04/2025.

XXXI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXI RAE

Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025. O TJBA, historicamente cumpre essa Meta e está com o percentual de cumprimento de 110,68%.

Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos: 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau; 90% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no 2º grau; 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

A Secretária lembrou do desafio da Meta 2, principalmente quanto ao cumprimento para os processos de conhecimento pendentes de julgamentos há 15 anos (2010) ou mais, que é de 100%. Nesse sentido, foi mostrada a quantidade de 44.647 processos nesta situação e um extrato das 10 unidades com maior volume, cuja soma representa 20% do total. Larissa Torquato ponderou que, em que pese o total de processos ser alto, caso haja uma ação focada nos 10 maiores, já será possível verificar resultado melhor no cumprimento da Meta 2.

Sobre a Meta 4 – Identificar e julgar até 31/12/2025, 65% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2021, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão e 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021 – a Secretária de Planejamento e Orçamento destacou o cumprimento de 100% das ações de improbidade, pois o percentual foi alterado e o cumprimento do TJBA está em aproximadamente 62%.

Quanto aos processos referentes à Meta 6 - Julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2024 – a Secretária ressaltou que o quantitativo de processos apresentado se refere apenas aos assuntos da árvore de assuntos de Direito Ambiental, excluídos os processos de Direito Consumerista. Larissa Torquato enfatizou essa classificação pois, quando da formação do grupo de trabalho para o alcance das Metas 6 e 7, verificou-se que será um grande desafio, pois no Brasil só há registro de um Tribunal Estadual que tenha um olhar específico para julgamento de processos em matéria ambiental.

A Meta 7 – Identificar e julgar até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas distribuídos até 31/12/2024 – apresenta um valor de cumprimento de 200% para assuntos quilombolas, porém só existem 2 processos no TJBA e ambos cumprem, por isso o alto percentual. Quanto ao assunto indígenas, Larissa reforçou que os processos relacionados a essa Meta são os que envolvem direito de povo indígena ou povo quilombola, não se trata de a parte ser indígena ou quilombola. Geralmente a discussão desses direitos envolve posse de terra, desapropriação rural, que são matérias afetas à Justiça Federal, o que pode explicar a baixa quantidade de processos. Há também a suspeita de que haja um problema no cadastramento dos dados.

XXXI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXI RAE

Sobre a Meta 8, que pede para identificar e julgar, até 31/12/2025, 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023 e 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2023, a Secretária Larissa Torquato enfatizou os baixos percentuais de atendimento, entretanto lembrou que ações já vêm sendo tomadas para a melhoria dos índices, quais sejam Projeto Mais Júri para os casos de feminicídio e ações diretamente relacionadas às Medidas Protetivas de Urgência, nos casos de Violência Doméstica.

Para a Meta 10, que versa sobre a identificação e julgamento, até 31/12/2025, no 1º grau, de 90% e no 2º grau, de 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias, Larissa Torquato observou que o 2º grau apresenta um percentual de atendimento melhor, possivelmente, em razão de não fazer instrução nesses processos recebendo o processo já instruído. Então, se o primeiro grau julga 7,67% desses processos uma das análises que pode ser feita é que talvez a dificuldade seja justamente de instrução processual.

7. Indicadores Justiça em Números

Larissa Torquato passou a palavra ao Diretor de Planejamento Estratégico, Alessandro Santos, para falar sobre os indicadores do Justiça em Números. Alessandro mostrou as projeções para o ano de 2025 para cada índice.

A projeção de número de casos novos para o ano de 2025 é de crescimento de 9%, o que sinaliza a necessidade de realização de conciliações como forma de tentarmos reduzir essa demanda.

Os processos baixados também estão com projeção de crescimento de 5%, embora seja menor que a projeção de casos novos. Conseqüentemente, os processos pendentes apresentam uma expectativa de queda de 10,74% e o Índice de Produtividade de Magistrados uma projeção de aumento de 5%.

O Diretor de Planejamento frisou que as ações de suporte tecnológico que vem sendo tomadas pela atual gestão têm contribuído para a melhoria dos números, tais como incentivo ao uso da Inteligência Artificial e automatização de fluxos processuais.

A projeção do Índice de Atendimento à Demanda é de decréscimo de 123% para 118%, em consequência do aumento do número de casos novos. Entretanto, ainda permanecemos com o percentual acima de 100% que é o ideal para esse indicador.

A estimativa para a Taxa de Congestionamento Líquida é de redução de 4,2 pontos percentuais, passando de 60,2 para 56%, o que pode ser considerado um bom número, tendo em vista que a média nacional é de 66%. Depreende-se disto também que, ao passo que o percentual reduz a dificuldade aumenta, pois a força de trabalho é constante, apesar das recentes nomeações, para uma demanda crescente.

XXXI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXI RAE

Sobre o tema tempo médio de duração dos processos, o Diretor de Planejamento enfatizou ser um dos maiores desafios do TJBA. O Tribunal consegue ter bons indicadores para volume de julgamento e baixas processuais, mas observa-se que isto acontece em processos mais recentes. A Meta 2, por exemplo, gera um grande impacto no tempo de tramitação dos processos, uma vez que melhorar o desempenho desta Meta, aumenta o tempo médio dos julgamentos. No entanto, o CNJ contempla o tempo médio de processos pendentes em grande parte dos itens do Eixo de Produtividade. Dessa maneira, há a necessidade de o TJBA olhar mais atentamente para esses indicadores e estimular a baixa dos feitos mais antigos.

O tempo médio do Pendente Líquido na fase de Conhecimento é de 1295 dias, conforme o Pannel Estatístico do CNJ em 28/02/2025. Esse número está maior que a média dos Tribunais do mesmo porte do TJBA. Para que tenhamos a pontuação mínima do Prêmio CNJ de Qualidade é necessário reduzir esse tempo para 900 dias, ou seja 20 pontos. Para a pontuação máxima de 50 pontos o tempo médio deve ser de 500 dias.

A grande quantidade de processos de Meta 2 de cerca de 44.000 processos que foram distribuídos antes de 31/12/2010, requer que a estratégia seja atacar os processos antigos. Hoje é preciso fazer isso, pois em 31/08/2025 o CNJ fará a medição dos processos ativos e se não baixarmos os processos antigos, esse tempo vai continuar elevado.

De maneira estratificada, Alexsandro Santos mostrou que o primeiro grau, que acaba elevando esse tempo. Os Juizados Especiais, entende-se que é um rito mais simplificado, aparecendo com 310 dias, o segundo grau com 254 dias e as turmas com 133 dias. Lembrando que se exclui o tempo que os processos ficaram suspensos.

Foram mostrados casos de unidades com maiores tempos médios e quantidade de processos, como por exemplo a Vara de Jurisdição Plena de Correntina com um tempo médio de 4.099,76 dias e um acervo de 4.859 processos e a 1ª Vara Cível e Comercial de Itapetinga que, em fevereiro de 2025, contava com um tempo médio de 3.470,79 dias, ambas unidades com mais de 10 anos de tempo médio de duração de processos. Destaca-se a atenção que deve ser dada a essas e outra unidades que se encontram na mesma situação. Além desse exemplo, Alexsandro Santos mostrou também um comparativo com algumas unidades semelhantes em matéria e acervo, mas com tempos distintos, a exemplo da Vara de Jurisdição Plena de São Félix e a de Anagé, ambas com cerca de 1.100 processos e a primeira com 1.521,67 dias e a segunda com 689,76. Assim como as Varas Criminais de Salvador (5ª) e de Ilhéus (1ª) com cerca de 550 processos e tempos médios de 1.685,80 e 481,01 dias respectivamente.

Dra. Dilcema Almeida, Secretária Judiciária informou que muitos processos que, na época da digitalização, migraram do SAIPRO e do SAJ para o Pje e não houve movimentação. A relação desses processos está sendo analisada e os casos estão sendo sanados.

Dr. Ícaro Matos, representante da Corregedoria das Comarcas do Interior, acrescentou que a atividade de identificar onde podem estar os processos físicos está sendo feita de acordo com o último despacho ou andamentos do processo.

XXXI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXI RAE

Além disso, foi identificado que alguns processos foram enviados para o arquivo sem ter passado pela digitalização. Para estes, está sendo solicitado que a Comarca solicite a documentação ao arquivo e remeta ao UNIJUD.

Larissa Torquato complementou com a informação sobre o decreto que instituiu o mês do saneamento, de 28/04 a 28/05, que propõe regularizar todos os processos que foram migrados e que eventualmente tiveram problemas na indexação. A Secretária lembrou da importância dessa atividade pelo tempo constante no Decreto, pois a ferramenta criada para fazer o saneamento não pode ficar com acesso aberto por tempo indeterminado.

Com relação ao tempo médio do pendente líquido dos processos de feminicídio, Alexsandro Santos mostrou o tempo médio de 1040 dias e o tempo médio para a pontuação mínima no Prêmio CNJ de Qualidade de 600 dias. Lembrou que já vêm sendo tomadas ações como o Projeto Mais Júri, patrocinado pela CAPG, que no ano de 2024 realizou 640 júris, o que uma nova edição impactará positivamente nos números.

Para os processos de Violência Doméstica, o tempo médio, em fevereiro, era de 804 dias e o tempo pedido na Portaria do Prêmio CNJ, também é de 600 dias. Alexsandro Santos lembrou que os processos de violência doméstica incluem também aqueles com medida protetiva de urgência.

O Prêmio CNJ de Qualidade contempla também o tempo de concessão de medida protetiva que deve ser de 2 dias. O tempo médio do TJBA em fevereiro era de 15 dias, o que representa um grande desafio para o Tribunal. Para esses casos a CAPG também tem feito ações direcionadas com os magistrados a fim de reduzir esse indicador.

Para os processos de saúde o tempo médio de 535 dias poderá alcançar a pontuação mínima que pede o tempo médio de 500 dias. Entretanto a meta é reduzir para 300 dias ou menos.

8. Revisão Planejamento Estratégico 2021-2026

O Diretor de Planejamento Estratégico, Alexsandro Santos, informou que a proposta de alteração da Resolução que estabelece o Plano Estratégico 2021-2026 está na comissão de reforma e em será encaminhada ao Tribunal Pleno para aprovação, entretanto sinalizou que na proposta encaminhada consta a inclusão da segurança institucional do objetivo estratégico 10.1, e que na XXX RAE, o texto não havia sido deliberado pelo CGOV, por esta razão foi levado à XXXI RAE.

***Deliberação CGOV: O comitê de Governança aprovou a inclusão da segurança institucional no texto do objetivo estratégico 10.1, pertencente ao Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.**

XXXI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXI RAE

9. Propostas de Inclusão de Projetos Estratégicos – CAPG

Nome do Projeto: TJBA por Elas

Proposta apresentada pela representante da Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau, Dra. Thaís Felippi.

Objetivo: Até 31 de agosto de 2025, implementar as ações para a redução dos prazos em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de acordo com as metas previstas na Portaria CNJ nº 411/2024.

Indicador na Situação Atual: Tempo médio decorrido entre a data do início da ação e a data do julgamento de mérito nos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher = 1.405 dias (dados de julho/2024)

Tempo médio decorrido entre a data do início da ação e a data do julgamento de mérito nos processos de feminicídio = 822 dias (dados de julho/2024)

Tempo médio decorrido entre a data do recebimento/ajuizamento e a data da primeira concessão ou denegação da MEDIDA PROTETIVA, nos processos de violência doméstica das classes de medidas protetivas de urgência = 19 dias (dados de julho/2024).

Foram apresentados os **benefícios** esperados, o **orçamento**, **alinhamento estratégico**, **patrocinador**, **demandante** e **gerente do projeto**.

***Deliberação CGOV:** O comitê de Governança aprovou a inclusão do projeto no portfólio estratégico.

Nome do Projeto: TJBA Protege: “Enfrentamento à Violência Sexual”

Proposta apresentada pela representante da Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau, Dra. Thaís Felippi.

Objetivo: Incrementar o julgamento das ações penais relacionadas a crimes de estupro no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, alcançando a meta de 500 processos julgados até o agosto de 2025.

Indicador na Situação Atual: Julgamento de ações de estupro.

Foram apresentados os **benefícios** esperados, o **orçamento**, **alinhamento estratégico**, **patrocinador**, **demandante** e **gerente do projeto**.

***Deliberação CGOV:** O comitê de Governança aprovou a inclusão do projeto no portfólio estratégico.

10. Proposta de Inclusão de Projeto Estratégico – CAPG

Nome do Projeto: Laboratório Jurídico

Proposta apresentada pela representante da Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau, Dra. Thaís Felippi.

Objetivo: Criar o LABORATÓRIO JURÍDICO no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia até janeiro de 2026 e implantar nos municípios do Estado da Bahia que tiverem interesse.

Indicador na Situação Atual: Quantidade de futuros profissionais formados pelos Laboratórios Jurídicos implantados.

XXXI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXI RAE

Foram apresentados os **benefícios** esperados, o **orçamento**, **alinhamento estratégico**, **patrocinador**, **demandante** e **gerente do projeto**.

***Deliberação CGOV: O comitê de Governança aprovou a inclusão do projeto no portfólio estratégico.**

11. Proposta de Inclusão de Projeto Estratégico – CAPG

Nome do Projeto: Arquivamento Responsável

Proposta apresentada pela representante da Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau, Dra. Thaís Felippi.

Objetivo: Instituir, em fevereiro de 2025, o Núcleo de Suporte à Baixa Processual e à Cobrança das Custas Remanescentes, para atuação estratégica nas unidades judiciárias de 1º grau, até janeiro de 2026, visando à observância das legislações aplicáveis ao recolhimento de custas e despesas processuais no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Indicador na Situação Atual: A existência de processos na tarefa do Sistema PJe “Processos Arquivados com Pendência de Custas” - mais de 29.000 (vinte e nove mil) apenas nos Cartórios Integrados da Capital e do Interior.

Foram apresentados os **benefícios** esperados, o **orçamento**, **alinhamento estratégico**, **patrocinador**, **demandante** e **gerente do projeto**.

***Deliberação CGOV: Suspensa a pedido da Presidente Desa. Cynthia Maria Pina Resende.**

12. Propostas de Inclusão de Projetos Estratégicos – AEP II

Nome do Projeto: Inclusão em Movimento

Proposta apresentada pela assessora Daisy Anne Bispo

Objetivo: Garantir que os novos contratos firmados com o TJBA, a partir de dezembro de 2025, contenham a cláusula de pelo menos 2% de Pessoas com Deficiência contratadas nas empresas executoras.

Indicador na Situação Atual: % de contratos com cláusula de reserva de vagas para PcDs. Nº absoluto de pessoas com deficiência contratadas por empresas terceirizadas.

Foram apresentados os **benefícios** esperados, o **orçamento**, **alinhamento estratégico**, **patrocinador**, **demandante** e **gerente do projeto**.

***Deliberação CGOV: O comitê de Governança aprovou a inclusão do projeto no portfólio estratégico, com a ressalva de ajuste do prazo no objetivo, a fim de antecipá-lo:** Garantir que os novos contratos firmados com o TJBA, a partir de dezembro de 2025, contenham a cláusula de pelo menos 2% de Pessoas com Deficiência contratadas nas empresas executoras.

XXXI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXI RAE

13. Encerramento de Projeto Estratégico – Boas-Vindas

O Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior apresentou os seguintes itens do projeto:

Duração do projeto: de 08.03.2024 a 31.01.2025

Patrocinador: Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior

Demandante: Viviane da Anunciação Souza Oliveira

Gerente de Projeto: Desirée Brandão Müller

Objetivo: fomentar e viabilizar a formação e o aperfeiçoamento técnico dos servidores do Poder Judiciário da Bahia, disseminando o conhecimento, à formação e o aprimoramento institucional.

Principal Produto: Programa de Formação Inicial para os servidores recém-ingressos, inserido numa Plataforma “on line”, contemplando aulas gravadas de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos, com conteúdo relacionado aos princípios organizacionais, à normas e regulamentos relativos aos direitos e deveres, à competência comportamental e à comunicação no ambiente de trabalho, a gestão, à rotinas de unidades, que viabilizou a integração com a Instituição, otimizando a prestação jurisdicional.

Resultados Alcançados: Integração e Alinhamento Institucional; Aprimoramento das Competências Profissionais; Fortalecimento da Cultura Organizacional; e Estímulo à Educação Continuada.

14. Encerramento de Projeto Estratégico – Sistema Integrado da Unicorp

O Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior apresentou os seguintes itens do projeto:

Duração do projeto: de 25.03.2022 a 19.12.2025

Patrocinador: Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior

Demandante: Juíza Coordenadora-Geral Isabella Lago

Gerente de Projeto: Maria Oliveira e Silva

Objetivo: transformar o Sistema da UNICORP em uma ferramenta mais adequada às necessidades da Escola Judicial, promovendo celeridade nas ações educativas.

Principal Produto: integração dos Sistemas da UNICORP: o SIEC – Sistema Administrativo (Secretaria) e o Moodle (Sala de Aula) e com o Sistema RH do Tribunal de Justiça. A integração promoveu mais autonomia na execução dos serviços. Atualmente, a relação dos alunos matriculados no SIEC entra automaticamente no Moodle e, após a conclusão da capacitação, o Moodle passa para o SIEC a frequência. Por fim, o SIEC encerra a ação educativa e emite o certificado de conclusão para os matriculados que obtiverem frequência mínima.

Resultados Alcançados: Integração dos Sistemas da UNICORP; automação de serviços manuais; celeridade nas atividades desenvolvidas pela UNICORP; e eficiência na gestão das ações educativas.

15. Encerramento de Projeto Estratégico – Ampliação do Nível dos Pontos de Inclusão Digital

A Diretora de Primeiro Grau, Dra. Thaís Felippi apresentou os seguintes itens do projeto:

Duração do projeto: de 29/04/2024 a 26/03/2025

Patrocinador: Desa. Maria de Lourdes Pinho Medauar

Demandante: Thaís Felippi

XXXI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXI RAE

Gerente de Projeto: Raquel Hilarião

Objetivo: Ampliar o nível dos 26 Pontos de Inclusão Digital (PIDs) do TJBA para Nível 1, com adesão dos serviços do TRT-5, até outubro de 2024, conforme a Resolução nº 508/2023 do CNJ. Além disso, promover a adesão do TJBA aos PIDs instalados pelo TRE em Prefeituras-Bairro da cidade de Salvador e a adesão do TRE aos PIDs do TJBA, a serem definidos, no mesmo prazo.

Principal Produto: adesão aos PIDs TJBA firmados com o TRE-BA; adesão do TJBA aos PIDs do TRE-BA em 03 (três) prefeituras-bairro de Salvador; e adesão do TRT5 aos PIDs do TJBA.

Resultados Alcançados: 26 PIDs no interior do estado: 2 PIDs de Nível 0 (TJBA); 24 PIDs de Nível 1 (TJBA+TRT5); 03 PIDs no município de Salvador: 03 PIDs de Nível 2 (TJBA+TRE+MUNICÍPIO)

16. Encerramento de Projeto Estratégico – Prosseguir

O Diretor de Recursos Humanos, André Menezes apresentou os seguintes itens do projeto:

Duração do projeto: 12/03/2024 a 01/04/2025

Patrocinador: Viviane da Anunciação Souza

Demandante: Luís Alberto Teixeira Melo

Gerente de Projeto: André Menezes

Objetivo: Implantar Programa de Preparação à Aposentadoria no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, tendo como público-alvo magistrados e servidores, destinado a amparar o período de transição que a antecede, por meio de abordagem multidisciplinar que promova a conscientização, avaliação e planejamento do novo ciclo de vida.

Resultados Alcançados: Reduzir o impacto emocional e psicológico decorrentes do processo de aposentadoria; Garantir o cumprimento das normas estabelecidas pelas Resoluções CNJ n.º 207/2015 e 526/2023; Valorizar os conhecimentos e experiências adquiridos pelos aposentados, oportunizando o compartilhamento aos potenciais sucessores e contribuindo para a continuidade do conhecimento; Expressar respeito e reconhecimento da contribuição que os profissionais dispensaram ao longo dos anos em favor do TJBA; Apoiar a transição para a aposentadoria; Garantir a continuidade dos serviços prestados à sociedade com qualidade, diligência e celeridade; Perpetuar a sensação de pertencimento por meio de ações de integração e engajamento; Garantir apoio ao enfrentamento das incertezas e inseguranças decorrentes da transição/encerramento de carreira nos períodos "pré" e "pós" aposentadoria; e Atenção institucional ao quantitativo relevante de magistrados e servidores elegíveis ao benefício previdenciário.

XXXI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXI RAE

17. Resumo Portfólio de Projetos Estratégicos

Larissa Torquato prosseguiu com a apresentação do portfólio de projetos estratégicos, destacando que os projetos que demandavam atenção já haviam sido alinhados entre as unidades envolvidas.

Situação Crítica

Unidade	Projeto	Início	Conclusão Prevista	% Execução
COJE	Inovações Tecnológicas	02/03/2020	18/06/2025	83%
NAF	Implantação do novo sistema de arrecadação	15/07/2022	25/11/2025	61%

Requer Atenção

Unidade	Projeto	Início	Conclusão Prevista	% Execução
SETIM	Programa Inovação	01/06/2023	04/08/2025	83%

A servidora Ana Cincurá, representando o Secretário de Tecnologia da Informação, falou sobre as dificuldades enfrentadas em razão da mudança contratual da Secretaria com relação à equipe de desenvolvimento. Dentre elas, citou a curva de aprendizagem que precisou de um período de 30 a 45 dias para adaptação da nova equipe de trabalho, impactando diretamente nos prazos dos demais projetos, inclusive o da própria SETIM. Entretanto, a servidora mencionou que o novo contrato tem uma capacidade de atendimento maior que o anterior o que tornará mais ágil a execução dos projetos. Ana Cincurá falou das próximas realizações do programa de inovação, tais como o Hackathon, o projeto Fest Labs e a Rede Estadual de Inovação.

XXXI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXI RAE

Progresso Estável

Unidade	Projeto	Início	Conclusão Prevista	% Execução
SETIM	Sistema de Inteligência Artificial Athos - Oxossi	28/08/2022	13/08/2025	85%
SGP	Programa de Integridade - Compliance	08/11/2023	27/10/2025	59%
CCI	Eu não posso esperar	31/03/2024	27/08/2027	71%
CGJ	Laços Legais	03/05/2024	01/12/2025	57%
	Sem Dias	09/12/2024	21/01/2026	24%
CAPG	Ampliação dos Acordos de Execuções Fiscais	06/02/2024	26/09/2025	85%
	Implantação do Cartório Integrado Fazenda Pública	25/09/2024	14/11/2025	88%
	2ª Edição TJBA Mais Júri	20/09/2024	16/01/2026	42%
NUPEMEC	Reestruturação Nupemec	29/04/2024	03/09/2025	51%
SEGESP	Programa + Saúde	15/02/2024	15/05/2025	97%
	Programa de Prevenção de Riscos Ocupacionais (PPRO)	12/03/2024	16/10/2025	63%
SEAD	Além das Barreiras	10/07/2023	22/01/2027	27%
	Conecta Interior	05/11/2024	19/12/2025	36%

XXXI REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXI RAE

18. Confirmação Calendário 2025

Larissa Torquato apresentou a proposta de calendário para o ano de 2025 conforme segue:

EVENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reuniões de Análise da Estratégia (RAE)												
				24				21				11
Semana de Sentenças e Baixas (SSB)												
						09 a 13				13 a 17		
Semanas Estaduais de Conciliação												
					26 a 30				15 a 19			

19. Encerramento

A Presidente do TJBA, Des. Cynthia Maria Pina Resende, falou da sua preocupação com os indicadores apresentados, especialmente com os relacionados ao Prêmio CNJ de Qualidade. Mencionou o tempo escasso para a apuração dos dados para o Prêmio e considera urgente a tomada de ações no sentido de melhorar os indicadores do Tribunal. Apesar do cenário apresentado, a Presidente afirmou sentir-se motivada e com o propósito de que, ao final da gestão, deixe um Tribunal mais produtivo e melhor para a sociedade, contando com a força de trabalho dos magistrados e servidores. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.